



EDUCAÇÃO, LIBERDADE E DEMOCRACIA

*Atas do XVII Congresso da Sociedade
Portuguesa de Ciências da Educação*



Título:

Educação, Liberdade e Democracia. Atas do XVII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Organizadores:

Ana Luísa Costa,
Angélica Monteiro,
Carla Figueiredo,
Dalila Pinto Coelho,
Elsa Teixeira,
Helder Ferraz,
Isabel Menezes,
Joana Manarte,
João Caramelo,
Maria Figueiredo,
Marta Sampaio,
Norberto Ribeiro,
Paulo Marinho,
Pedro Ferreira,
Rita Tavares de Sousa,
Sofia Almeida Santos,
Teresa Dias,
Thiago Freires

Editor:

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Tratamento gráfico:

eventQualia

Suporte:

Eletrónico

Data da publicação:

30 de dezembro 2025

ISBN:

978-972-8614-15-1



Todo o conteúdo desta publicação, exceto onde esteja identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

A expressão escrita e conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade do/as respetivo/as autore/as.



O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E PORTUGUESA – AS TESES PRODUZIDAS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	4
ESCOLA DE MESTRES BARQUEIROS - PROJETO EMBARQUE: A CONTINUIDADE DA CONSTRUÇÃO NAVAL ARTESANAL, PRESERVAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PESCA E SUA ANCESTRALIDADE.....	12
IMPACTOS DOS FATORES PSICOSSOCIAIS DE RISCO NO TRABALHO – REVISÃO SISTEMÁTICA.....	22
TERMINOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REVISÃO CRÍTICA DOS 45 ANOS DO RELATÓRIO WARNOCK E 30 ANOS DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	37
AFIRMAÇÃO DA ACCOUNTABILITY DE RESULTADOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ACIONAMENTOS POR GOVERNOS MUNICIPAIS BRASILEIROS.....	46
ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA: O PAPEL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	55
EDUCAÇÃO, EQUIDADE E INCLUSÃO: A INSERÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS REFUGIADAS VENEZUELANAS SOB A ÓTICA FREIREANA.....	63
AUTORES E LIVROS CONDENADOS AO FOGO: A CRUZADA DA BOA LEITURA NAS PÁGINAS DO JORNAL “A AÇÃO” NO CARIRI CEARENSE (1948-1958).....	72
A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DO DIRETOR DE CURSO NO ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL.....	79
A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL, A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O CASO DO SERVIÇO EDUCATIVO DE UMA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BASE LOCAL.....	90
CAMPO MULTIPLICATIVO: TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO FUTURO PEDAGOGO.....	98
A INSPEÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA NA PERSPECTIVA DE DIRETORES DE ESCOLAS.....	105
A CATEGORIA FREIREANA INÉDITO VIÁVEL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CLASSES MULTISSERIADAS: NARRATIVAS, SONHOS POSSÍVEIS E DOCÊNCIA.....	115
TERRITÓRIOS DA INFÂNCIA: A CIDADE PELA VOZ DAS CRIANÇAS.....	121
PROJETO “EXOGRÁFICO” COM FINS PEDAGÓGICO-DIDÁTICOS A PARTIR DE UM FUNDO DOCUMENTAL DE UMA ANTIGA METALÚRGICA.....	128
CIÊNCIAS NATURAIS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO CUIDADO E BEM-ESTAR DIGITAL DOS JOVENS: DIAGNÓSTICO, AÇÕES E PROSPETIVAS.....	138
QUE PAPEL DAS ESCOLAS DE SEGUNDA OPORTUNIDADE NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DO DIREITO À EDUCAÇÃO? PARA UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DE PORTUGAL.....	148
CONTINUIDADE EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: UMA AVALIAÇÃO BASEADA NOS RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS.....	154
PARA UMA NOVA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE.....	163
UM OLHAR SOBRE AS TESES PRODUZIDAS NO BRASIL DE 2000 A 2023 SOBRE CLUBES DE CIÊNCIAS.....	171
DIÁLOGOS DA EDUCAÇÃO CTS NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO: CONTEXTOS, PRÁTICAS E REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO DE FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA PORTUGUESA.....	181
PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES – DA GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO À GESTÃO ESCOLAR.....	191
ESTUDO SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS INTERDISCIPLINARES NUM AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.....	197
OUVINDO NARRATIVAS E TRILHANDO CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESCOLAR.....	206
DIFICULDADES ESPECÍFICAS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DE ESCOLAS NÃO AGRUPADAS: UMA ANÁLISE HOLÍSTICA.....	216
AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: RESULTADOS DE UM ESTUDO COM VINHETAS EM PORTUGAL.....	223
EDUCAÇÃO, LIBERDADE E CONVIVÊNCIA: MEDIAÇÕES E PROCESSOS DE TRADUÇÃO CULTURAL.....	234
‘GEMS’: ERASMUS+ INTERGENERATIONAL PRACTICES TO LEVERAGE ELDERS’ DIGITAL LITERACY AND BOOST YOUNGSTERS’ SOFT SKILLS.....	242
A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DE BIOLOGIA EM ANGOLA – UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO, NORMATIVO E INSTITUCIONAL INTEGRADOR.....	251
TECNOLOGIA EDUCACIONAL COMO PROGRAMA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO.....	261
A TRANSIÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS/ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS (2008-2023).....	271
DECOLONIZAR E GENDERIZAR A HISTÓRIA NO ENSINO SECUNDÁRIO.....	280
O PROJETO SHARING MEMORIES E A UTILIZAÇÃO DE TESTEMUNHOS ORAIS EM CONTEXTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	288
INTEGRAÇÃO DE JOGOS COMO ESTRATÉGIA NO CURRÍCULO STEAM: PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	296
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES VISUAIS.....	305
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR EM CLUBES DE CIÊNCIAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA – BRASIL.....	314
GENDER REPRESENTATIONS IN A PORTUGUESE 6TH GRADE EFL TEXTBOOK.....	324
AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS ATRAVÉS DE VINHETAS EM CRIANÇAS DO 4º ANO.....	343
OCORRÊNCIA E IMPACTOS DA VIOLÊNCIA EMOCIONAL EXERCIDA POR PROFESSORES DIRECIONADA AOS ALUNOS.....	354
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO EM CONTEXTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E UNIVERSIDADE.....	364
EDUCAÇÃO SEXUAL DE PESSOAS COM DIVERSIDADE INTELLECTUAL EM PORTUGAL: DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS RECURSOS EDUCATIVOS.....	372
POLITICAL INFLUENCERS E EDUCAÇÃO POLÍTICA: EXEMPLOS DE PORTUGAL.....	382
ANIMISMO AFRICANO NO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DO CONTO “A MORTE DO VELHO KIPACAÇA”, DE BOAVENTURA CARDOSO.....	397
INVESTIGANDO OS PROCESSOS FORMATIVOS CONTINUADOS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS DOCENTES?.....	402

TERRITÓRIOS DA INFÂNCIA: A CIDADE PELA VOZ DAS CRIANÇAS¹

Ana Patrícia Almeida¹, Adriana Bragagnolo², Carla Portal³, Marlete Sandra Diedrich⁴, Karla Antoniazzi Fochi⁵

¹ Universidade Aberta (PORTUGAL), anap.almeida@uab.pt

² Universidade Passo Fundo (BRASIL), abragagnolo@upf.br

³ Universidade Passo Fundo (BRASIL), carlaportal@upf.br

⁴ Universidade Passo Fundo (BRASIL), marlete@upf.br

⁵ Universidade Passo Fundo (BRASIL), 189858@upf.br

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo principal abordar um projeto de extensão universitária, sediado na Universidade de Passo Fundo, intitulado “Territórios da Infância: a cidade pela voz das crianças”. Esse projeto enquadra-se no âmbito da Rede Unitwin UNESCO “Cidade que educa e transforma”. O objetivo da proposta é pensar a cidade com as crianças, num processo de escuta da infância, através da sua participação nas decisões sobre os espaços onde vivem e nas políticas públicas, com a adoção da metodologia de assembleias. O exercício de participação e de integração social passa por experiências que constituem vivência na aprendizagem e encontram na linguagem a sua manifestação. O projeto procura:

a) a construção da relação criança-cidade, pela voz e pelo olhar das crianças, em função das suas experiências, da sua percepção e interação entre pares e com os espaços e como essa relação consolida a visão da cidade como um território educativo;

b) a constituição da criança como ser social na sua comunidade. Ao garantir a escuta significativa da criança, o projeto proporciona às crianças vivências interativas que podem resultar numa formação de caráter social positiva, ampliando as suas possibilidades de lidar com os problemas sociais e com suas necessidades na comunidade da qual fazem parte;

c) o reconhecimento da criança como um sujeito participante, com espaço na sociedade da qual faz parte, representando uma importante iniciativa de consolidação da participação social das crianças na construção de políticas públicas para a infância.

Palavras-chave: Cidade, Infância, Participação.

Abstract

The main aim of this communication is to discuss a university extension project, based at the University of Passo Fundo, entitled ‘Territories of Childhood: the city through the voice of children’. This project is part of the UNESCO Unitwin Network ‘City that educates and transforms’. The aim of the proposal is to think about the city with children, in a process of listening to children, through their participation in decisions about the spaces where they live and public policies, using the methodology of assemblies. The exercise of participation and social integration involves experiences that are lived through learning and are manifested in language.

The project seeks to

a) the construction of the child-city relationship, through the voice and gaze of the children, according to their experiences, their perception and interaction between peers and with the spaces and how this relationship consolidates the vision of the city as an educational territory;

b) the constitution of the child as a social being in their community. By ensuring that the child is listened to in a meaningful way, the project provides children with interactive experiences that can result in a positive social upbringing, broadening their possibilities for dealing with social problems and their needs in the community of which they are a part;

¹ Este projeto enquadra-se na Cátedra UNESCO (Rede UnitWin) «Cidade que educa e transforma», que reúne investigadores de 23 instituições de ensino superior de Portugal, Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Este projeto é desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho 3 (GT3), que se dedica ao tema Educação e Cidade.

c) recognising children as participants with a place in the society they belong to, representing an important initiative to consolidate children's social participation in the construction of public policies for children.

Keywords: City, Childhood, Participation.

1. INFÂNCIA E CIDADE

“Uma imagem clara (da cidade) tem um papel social: produz segurança e reforça a profundidade da experiência humana.”

Kevin Lynch

Os debates sobre a infância e cidade têm pautado estudos e experiências em diferentes áreas, especialmente na educação. Objetiva-se, portanto, refletir sobre infância e cidade, particularmente sobre a participação das crianças em temáticas que lhes dizem respeito. A infância carrega as marcas históricas, sociais e culturais da humanidade e, de modo constante, institui uma luta para conquistar espaços de direito e de visibilidade na sociedade. A cidade, como um território educativo, que educa e transforma, incita à sensibilidade do olhar sobre os problemas sociais e, ao mesmo tempo, sobre a potencialidade que se institui na relação entre infância, direitos e educação.

A cidade é suporte e reflexo de atividades econômicas, sociais e políticas da sociedade; identificam-se, ao longo da história dos agrupamentos humanos, distintas articulações entre os espaços de apropriação privada e os espaços públicos. O modo como esses espaços se relacionam e as características específicas dos espaços públicos, especialmente, dão testemunho das prioridades que caracterizam cada tempo.

Além de permitir o circular de informações, pessoas, mercadorias e ideias, os espaços públicos possibilitam o interagir, o conectar, o socializar, constituindo-se como a máxima expressão do urbano, cujas ruas são os elementos predominantes. Durante muito tempo as ruas foram compatibilizadas com as dimensões e necessidades do corpo humano, lógica que é rompida por uma sucessão de momentos e razões históricas. O primeiro desses momentos vem como resposta às dificuldades dadas pela ‘revolução industrial’, que avolumou as cidades, ampliando a necessidade de infraestrutura.

Como exemplo dessas respostas, pode-se citar a intervenção urbana em Paris coordenada por Haussmann, a partir de 1852. As obras romperam o casco medieval da cidade para a implementação de avenidas largas e retilíneas, às quais incorporaram um eficiente sistema de esgotos e permitiram a passagem organizada de tropas. Essa nova Paris, segregada por classes sociais, serviu de exemplo para sucessivas reestruturações de grandes cidades na Europa e no resto do mundo. Ao final do século XIX, as ruas incorporaram ainda a circulação de bondes e bicicletas, que, ao permitirem maior mobilidade às pessoas, também possibilitaram a maior expansão horizontal das cidades.

Outro momento importante ocorreu no início do século XX, com a introdução dos automóveis, alterando o equilíbrio dinâmico dos espaços públicos. Sua popularização após a Segunda Guerra Mundial gerou mudanças significativas na forma de apropriação das ruas e no tempo das cidades, diminuindo calçadas, deprimindo a possibilidade de encontros, paradas e atividades informais, como o brincar, o sentar, e o próprio comércio nas ruas, um espaço, desde aí, caracterizado pela velocidade e pelos ruídos dos veículos.

Juntamente com a opção majoritária pelo uso do transporte individual, os princípios de planejamento urbano largamente difundidos pelo Modernismo, separando as distintas funções da cidade - habitação, trabalho, recreação e circulação - ampliaram a necessidade de deslocamentos, reafirmando o modelo baseado no uso do automóvel. Assim, houve expansão ainda mais significativa dos subúrbios urbanos e diminuição da vitalidade das áreas centrais. Esse modelo deixou um legado fortemente enraizado nas estruturas de planejamento e nas escolas de arquitetura e urbanismo por todo mundo, afetando a cultura de uso e de ocupação dos espaços públicos e deteriorando a relação das pessoas com a cidade.

O contraponto a essa realidade de cidades “invadidas”, onde o tráfego de veículos e estacionamentos preponderam sobre os demais usos possíveis do espaço público, como caracteriza Gehl (2002), inicia-se com a publicação, em 1961, do livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, por Jane Jacobs. As críticas ao modelo modernista e as suas consequências se veem reforçadas pela crise do petróleo em 1973, e várias cidades, principalmente as europeias, começam a retomar espaços para o transporte público e pedestres, o que acaba se transformando em uma tendência a partir das reformulações elaboradas para Barcelona em 1980.

O movimento de retomada das cidades para as pessoas conta com múltiplas contribuições, mas, desde a publicação do livro de Jacobs, em 1961, a relação das crianças com os espaços públicos tem sido temática recorrente. Destaca-se que, na referida obra, o capítulo quatro é dedicado ao tema da integração das crianças à cidade.

Segundo Alexander (2013), outro dos autores inaugurais pela retomada das ruas, a importância do acesso das crianças ao mundo dos adultos é óbvia, pois a transmissão de

(...) seus ethos e seus estilos de vida às crianças (...) se dá por meio de ações, e não por palavras". Para o arquiteto, "se as crianças não têm como explorar todo o mundo dos adultos que está ao seu redor, elas não conseguem se tornar adultos plenos". Considerando que atualmente o espaço de educação está restrito, em muitas cidades, às escolas e ao lar, há uma limitada exploração do espaço público e da convivência com o espaço dos adultos que torna difícil a tarefa para as crianças de "(...) descobrir o que realmente significa ser um adulto (...)" (Alexander, 2013, p. 59),

uma separação importante entre o mundo infantil e o mundo adulto desconhecida nas sociedades tradicionais.

Mais recentemente, a Carta do Novo Urbanismo (1996), elaborada por arquitetos americanos¹, explicita princípios que têm influenciado projetos de urbanismo e discussões atuais, dentre os quais: i) cidades mais compactas e diversas; ii) distâncias entre pontos de interesse que possam ser percorridas a pé; iii) densidades que garantam a otimização do transporte público; iv) localização adequada das escolas de forma a permitir que as crianças possam chegar a elas a pé ou de bicicleta. A referida Carta também destaca a mobilidade ativa e a oportunidade de experiências espaciais e sociais dadas pelos espaços públicos e planejamentos favoráveis.

Em sua obra, *A cidade de los niños*, Francesco Tonucci (1997) propõe que as crianças exercitem uma cidadania ativa, vivam experiências próprias e interessantes, e sejam protagonistas das cidades onde vivem. O autor nos provoca a olhar para a criança como um parâmetro para a cidade. Essa questão implica a própria compreensão de infância. Para Sarmiento (2005, p. 363), que representa as discussões da Sociologia da Infância, "a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as estruturas e constrangimentos da estrutura social". A infância é considerada, assim, como uma categoria social e histórica, que vem sendo construída numa perspectiva crítica, ao longo das últimas décadas. Para tanto, há que se romper com a visão adultocêntrica e com a invisibilidade da infância. As crianças têm um sentimento profundo de igualdade com as pessoas e com a natureza, são sujeitos dialógicos, que interagem com o mundo das mais diversas formas, que produzem cultura e se constituem na e com a cidade.

Central em todas as contribuições está o favorecimento e o estímulo ao desenvolvimento de atividades no espaço público urbano, especialmente o caminhar, o deslocar-se, e, paralelamente, o apropriar-se. E, apesar de experiências positivas efetivadas em algumas cidades, na maioria delas, o espaço público continua em disputa - desfavorável para pessoas com diferentes graus de mobilidade e de distintas faixas etárias, particularmente para com as crianças.

A maioria dos autores citados defendem a recuperação da dimensão cívica e pública das cidades através da qualificação e apropriação dos espaços públicos, adaptados à mobilidade ativa, através da pedestralização, enfatizando a importância desse movimento para as crianças. Pode-se colocar a criança, como fez Tonucci (1997), no centro da discussão e refletir sobre qual a centralidade da vivência urbana na qualidade da infância, portanto pensar de outro modo como o desfrutar da rua, da cidade, da vizinhança pode interferir em seu pleno desenvolvimento, e, do mesmo modo, como as características destes espaços influenciam este usufruir.

Em qualquer faixa etária, a percepção dos elementos que compõem a paisagem urbana passa pela corporeidade, mas também pelo imaginário. No caso da infância, abrangendo diferentes etapas da constituição do sujeito, esse corpo se coloca no espaço e o apreende de alturas, pesos e capacidades distintas, porque trata-se de distintas etapas e distintos indivíduos, mas, acima de tudo, de diferentes bagagens, memórias e imaginários que vão interferir na percepção, apreensão e interação com o espaço, que, sendo o mesmo, será carregado por cada grupo e por cada indivíduo de um modo próprio.

Assim, teremos leituras de espaços, imagens mentais mais ou menos claras pelas características do espaço, mas também pelas experiências anteriores e pelas promovidas e permitidas nesse e por esse espaço. Os espaços públicos se oferecem ao andar hesitante dos primeiros anos e à liberdade da pré-adolescência, ora desafio e descoberta, ora familiaridade, pelas possibilidades e características dadas pelo espaço, cores, texturas, formas, como também pelas subjetividades, leituras, aspectos simbólicos, sentidos, vivências.

Da variabilidade e da riqueza contidas no significado próprio do que é infância resulta o imperioso processo da escuta da criança sobre a cidade, como propõe Tonucci (1997): há que se compreender elementos e aspectos relevantes, ou limitadores, não na concepção de proteção e isolamento, mas na concepção de reconhecimento de seus direitos como sujeito distinto e potente da cidade.

2. A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADE QUE EDUCA

Partindo do pressuposto de que uma cidade carrega o reflexo de aspectos históricos e culturais, e um conjunto de experiências dos diferentes atores sociais, consideramos que a participação das crianças é um dos elementos centrais nesse percurso de constituição de uma cidade mais humanizada, para toda a gente. Há uma multiplicidade de crianças que moram e circulam na cidade, as quais são sempre pensadas com um olhar adultocêntrico. Historicamente, a invisibilidade em relação aos meninos e meninas, especialmente os de pouca idade é fato em nossa sociedade. Como seria uma cidade que pudesse preservar o que é da essência das crianças? O que nós, adultos, sabemos sobre suas percepções e desejos nos contextos em que vivem? Em que medida as crianças têm direito à cidade?

Cabe aos adultos o reconhecimento dos direitos das crianças à cidade e à voz sobre sua constituição. “Pensar o direito da criança à cidade implica pensar também numa cidade que garanta o direito à vida da criança em espaços públicos e privados que sejam seguros” (Godoy e Carvalho, 2022, p. 127). Nesse processo, as crianças têm muito a dizer, com suas narrativas, olhares atentos e impressões.

A Convenção dos Direitos das Crianças, em 1989, indicou a garantia do direito à participação. No entanto, mesmo com avanços nos debates e ações sobre essa pauta, a voz das crianças, em diferentes instâncias, ainda é limitada. Há um impacto político, nessa discussão, que requer que todas as pessoas sejam responsáveis pelas crianças e modifiquem o modo de pensar e ver a cidade, espaço que apresenta muitos potenciais educativos, mas que podem se transformar em pontos de encontro/convergência com a infância.

Na esfera da construção e compartilhamento do conhecimento, pesquisas sobre as pedagogias da infância, a participação da criança, a escuta, a interação verbal e dispositivos de aprendizagem têm sido desenvolvidas para contribuir com a educação das crianças em diferentes contextos. Essas pesquisas nos provocam a produzir estratégias de participação na cidade e nas políticas públicas para os meninos e meninas. Colaborar nesse processo significa caminhar na contramão da passividade, do silenciamento e da barbárie.

É possível e necessário, no âmbito social, antes de tudo, reconhecer quem são as crianças. Desde muito pequenas, elas mostram modos de ser com movimentos de investigação, são observadoras e têm hipóteses sobre o mundo natural e social: “As crianças são seres ativos e criativos e vivem suas infâncias no presente, não se resumindo a serem preparadas para o futuro”. (RCG, p. 61). Elas registram, sistematizam e deixam marcas de aprendizagem, se oportunizadas interagir com o outro, compartilhar saberes e expressar o que pensam. Nessa direção, é necessário criar condições para que sejam ouvidas e para que participem da vida da comunidade e da cidade, mas com apoio dos adultos. Por isso, adere-se à proposta de se repensar a cidade pelas lentes das crianças.

Escutar é uma oportunidade de acolher as crianças, entender suas lentes e compreender o seu ponto de vista sobre a cidade, o que promove a capacidade de tomadas de decisão responsáveis. Deseja-se que cidade possa se constituir em um território educativo que respeite as diferenças, a inclusão e contribua com melhores condições de vida. E, como adultos, nos cabe aprender a escutar e a ensinar, pois a pedagogia da escuta pode se manifestar como uma abordagem pedagógica: “A aprendizagem da escuta se faz necessária tanto do ponto de vista da manutenção da nossa humanidade como da perspectiva do exercício da profissionalidade docente na educação infantil” (Ribeiro, 2022, p. 23). O direito de escuta é, portanto, um direito à participação.

Bárbara Rogoff (1998) desenvolveu o conceito de participação guiada, em que as crianças se envolvem em ações e espaços diversos, mas em companhia de adultos ou pares mais experientes. Considera-se a participação guiada como um dispositivo, o qual implica “processos e sistemas de envolvimento entre pessoas à medida que elas se comunicam e coordenam os esforços ao participar de atividades de cunho cultural” (ROGOFF, 1998, p. 125). Coordenar esforços compreende, nesse caso, um coletivo de atores sociais com objetivos comuns em determinadas situações, com determinados propósitos, como os diálogos e ações sobre a cidade. A participação é transformadora e pode tornar as cidades mais amigáveis das crianças e mais humanizadas, desde que,

cuidadosamente pensadas, em suas dimensões pedagógicas. O pensamento de Rogoff (2005) mostra que o desenvolvimento humano é um processo pelo qual as pessoas transformam-se pela participação contínua nas atividades culturais.

Existem experiências significativas de construção de instâncias de participação das crianças na cidade, enquanto território educativo, com o apoio de adultos que instituem momentos de interação, escuta e tomada de decisões. No Brasil, uma das experiências de direito à cidade, especialmente por serem escutadas pelo poder público, ocorre na cidade de Jundiaí/SP, que instituiu, em 2017, a “A Política Municipal da Criança”[1] e que integra a Rede de Cidade das Crianças[2] junto a mais quinze municípios. Em Passo Fundo/RS, uma das experiências de participação da criança vivenciadas pela Universidade de Passo Fundo e apoiada por pesquisadores da Universidade Aberta, de Lisboa, ocorre através do projeto de extensão Territórios da Infância: a cidade pela voz das crianças, o qual é abordado na próxima seção.

3. A EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PROJETO TERRITÓRIOS DA INFÂNCIA: A CIDADE PELA VOZ DAS CRIANÇAS

Uma das formas de expressão do caráter comunitário da Universidade de Passo Fundo, instituição na qual se desenvolve o projeto aqui em foco, ocorre por meio da extensão, que conecta as atividades realizadas na Instituição à comunidade na qual está inserida. Portanto, a extensão é uma atividade essencial das universidades, ao lado do ensino e da pesquisa. Ela tem como objetivo aproximar a universidade da sociedade, promovendo a troca de saberes e a produção do conhecimento a partir dos territórios. Esse processo tem um impacto direto na comunidade, trazendo benefícios mútuos tanto para os estudantes, professores e pesquisadores quanto para a sociedade. Os principais objetivos da extensão universitária incluem a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, a promoção do desenvolvimento social, a resolução de problemas locais e a contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Ao longo da extensão, as universidades não apenas divulgam conhecimento, mas também criam espaços de interação e colaboração.

Dentre os programas e projetos¹, pontua-se a criação e o desenvolvimento do projeto de extensão Territórios da Infância: a cidade pela voz das crianças, o qual se situa na grande temática Territórios da Educação e da Formação Humana. O projeto elaborado e aprovado por edital, com início em 2024, é desenvolvido pela equipe docente da Universidade de Passo Fundo/BR, da Universidade Aberta/PT e de discentes bolsistas daquela Universidade. Embora o projeto esteja vinculado ao curso de Pedagogia, ele também se relaciona com os cursos de Fonoaudiologia, Letras, Arquitetura e Urbanismo. O projeto considera a criança como uma referência para pensar uma cidade que seja acessível e justa a todos. A proposta se volta para questões da formação humana, como a constituição de um lugar de dizer na sociedade e o protagonismo social do sujeito. Considera ainda a construção da relação criança e cidade, pela voz e pelo olhar dessa, frente às suas experiências, sua percepção e interação entre pares e com os espaços, consolidando a visão da cidade como um território educativo.

A vivência da participação e integração social se dá através de experiências de aprendizado, nas quais a linguagem se torna a principal forma de expressão. A proposta, que adota a assembleia de crianças como sua metodologia principal, concentra-se na infância, tendo a cidade como seu território central e as escolas municipais parceiras como o espaço para o desenvolvimento dessa metodologia. A concepção do projeto parte do princípio de que a Universidade, enquanto instituição comunitária, tem o compromisso de promover a qualidade de vida para todos, em especial, para as crianças, como um direito à cidade, a partir da construção do conhecimento no território. Sua metodologia estrutura quatro etapas: diagnóstico, assembleias, análise e sistematização, e devolutiva aos atores sociais.

O projeto Territórios da Infância: a cidade pela voz das crianças tem parceria com escolas públicas de Passo Fundo, trabalho que teve início com o diagnóstico de uma Escola Municipal de Educação Infantil situada em um bairro próximo ao centro da cidade. A escola opera durante todo o dia, com três turmas de crianças pela manhã e três à tarde, atendendo cerca de 80 alunos. A maioria dessas crianças vem das redondezas. A escola, como território educativo, conta com ambientes acolhedores e adaptáveis, pensados para atender a todas as crianças.

As ações do projeto iniciaram a partir de duas turmas de crianças entre 5 e 6 anos de idade, da turma Pré II. No primeiro contato, em geral, acontecem as apresentações e o reconhecimento das crianças e das infâncias. Na sequência, são propostas assembleias. Em 2024, foram realizadas diversas assembleias com a turma ao longo do ano de 2024, numa periodicidade quinzenal, envolvendo assuntos relacionados com o território em que a escola estava inserida e com as aprendizagens das

crianças. Instrumentos e questionamentos previamente organizados foram levados pelas docentes para que dessa maneira as crianças pudessem expor seus pensamentos e ideias. Além das assembleias, também foram realizadas expedições pela cidade, com deambulações, em que as crianças puderam observar pontos importantes e as precariedades da comunidade, como rios poluídos e áreas sem planejamento urbano. Nessas situações, as crianças se expressavam por diversas linguagens, desde a linguagem verbal, constituída, neste caso, pela voz, mas também por toda uma gestualidade e corporalidade representada pelo olhar, pelos maneios de mão e movimentos corporais. Assim, nessas experiências, as crianças se mostraram muito participativas, expressando sua percepção sobre os fatos e construindo um ponto de vista na interação entre pares.

No projeto como um todo, por meio do acesso às falas das crianças e sistematizações, as devolutivas são elaboradas e apresentadas tanto para as crianças quanto para a comunidade escolar, assim como demais atores que podem ser incluídos, para, posteriormente, as crianças dialogarem com o poder público. Além desses momentos centrais, a metodologia envolve todo o processo de curricularização da pesquisa e da extensão, a participação do grupo em eventos, publicações e diálogo entre cursos da universidade, bem como a relação com parceiros internos e externos.

O projeto tem um ciclo, em espiral, em que, dada a consolidação das ações em uma escola, outra entra em cena para maior abrangência. Quando as crianças têm a oportunidade de pensar a cidade com os adultos, estamos promovendo um ambiente onde a voz de todos é valorizada. Essa colaboração não apenas enriquece o planejamento educativo, social e urbano, mas também abre a possibilidade para que as necessidades e desejos das crianças sejam ouvidos e atendidos. Uma cidade que inclui as crianças é uma cidade mais acolhedora e justa, onde espaços públicos, parques e serviços são projetados para atender a todos os cidadãos, independentemente da idade. Ao dar vez e voz às crianças, estamos construindo um futuro mais inclusivo e sustentável, no qual cada indivíduo se sente parte da comunidade e contribui para o bem-estar coletivo.

4. CONTRIBUTOS DO PROJETO TERRITÓRIOS DA INFÂNCIA PARA A DISCUSSÃO NA CÂTEDRA UNESCO «CIDADE QUE EDUCA E TRANSFORMA»

O Projeto Territórios da Infância constitui um contributo fundamental para a discussão e reflexão empreendida no contexto da Cátedra UNESCO (Rede UnitWin) «Cidade que educa e transforma». Com efeito, esta rede internacional de investigadores de vários países de língua oficial portuguesa desempenha um papel fundamental na promoção de cidades mais inclusivas e participativas, com um foco especial na infância. Através da investigação, intervenção, educação e colaboração, esta rede procura não só estudar e refletir sobre os territórios e o seu papel educador e transformador, mas também estimular e promover a capacitação das cidades como espaços onde as crianças possam prosperar e participar ativamente na sua comunidade.

Entre as dimensões que o projeto Territórios da Infância desenvolve e nos traz, refira-se:

- a centralidade da criança como sujeito ativo. Através das suas atividades e da sua intervenção, enfatiza a necessidade de superar a visão da criança como um ser passivo, reconhecendo-a como um indivíduo com capacidades, direitos e uma voz própria, numa tentativa de inverter a tendência de que

as crianças são frequentemente excluídas ou invisíveis do que se designa por norma de esfera pública e política (Wyness, 2006), tornando mais urgentes e significativos os projetos que pretendem rasurar essa invisibilidade e trazer as crianças para o centro da participação no território que habitam. (Trevisan et al, 2023, p. 139).

- a chamada de atenção para a participação infantil como uma dimensão fundamental na conceção e gestão dos espaços públicos, onde a cidade, o bairro, o território “transforma-se em palco de construção e exercício de cidadania das crianças, mediada por adultos vistos como facilitadores desses processos” (Trevisan et al, 2022, p. 35).

- o reforço na importância do espaço público, como um local de encontro, interação e aprendizagem/educação para as crianças. Aqui, o mapeamento do território com as crianças, proporcionado pelo projeto, constitui, como nos diz Trevisan et al (2022, p. 36) “um exercício central para a construção de ações significativas no espaço, nos percursos e nas mobilidades quotidianas”.

- o reconhecimento do Espaço público como território de aprendizagem, onde as crianças desenvolvem competências sociais, cognitivas e emocionais; onde aprendem e se tornam cidadãos

ativos. Ao explorar as experiências das crianças no espaço público, o projeto Territórios da Infância, contribui para o desenvolvimento social e cívico.

Em suma e para finalizar, podemos sublinhar como o projeto Territórios da Infância, no seguimento do trabalho desenvolvido e promovido pela Cátedra UNESCO "Cidade que educa e transforma", converge na defesa de uma visão da infância que valoriza a participação, a identidade e a relação com o território e o espaço público, contribuindo para a construção de cidades mais justas e inclusivas para as crianças.

[1] <https://portal.arbo.org.br/projetos/titulo-politica-municipal-da-crianca-na-cidade-jundiai-sp>.

[2] <https://francescotonucci.org/pt-pt/francesco-tonucci/a-cidade-das-criancas>.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M.; JACOBSON, M.; KING, I. F.; ANGEL, S. (2013). Uma linguagem de padrões. Editora Bookman.
- Associação Francesco Tonucci. Francesco Tonucci e la cidade das crianças. Consultado a 21 de março de 2025. <https://francescotonucci.org/pt-pt/francesco-tonucci/a-cidade-das-criancas>.
- GEHL, J. (2014). Cidades para pessoas. Perspectiva. 2.ed.
- GODOY, M. F. A. A criança e a cidade (2022). In: CARVALHO, L.; BIZZOTTO, L. M. (orgs). A criança e a cidade: Participação infantil na construção de políticas públicas. UFMG/FaE/NEPEI/TEIA.
- Instituto de Arquitetos do Brasil. Plataforma ARBO. Política Municipal da Criança na Cidade – Jundiaí, SP. Consultado a 30 de março de 2025. <https://portal.arbo.org.br/projetos/titulo-politica-municipal-da-crianca-na-cidade-jundiai-sp>.
- JACOBS, J. (2009). Morte e vida de Grandes Cidades. Martins Fontes.
- RIBEIRO, B. (2022). Pedagogia das Miudezas: saberes necessários a uma pedagogia da escuta. Pedro & João Editores.
- RIO GRANDE DO SUL. (2018). Referencial Curricular Gaúcho: Educação Infantil. Secretaria Estadual de Educação. Departamento Pedagógico. Referencial Curricular Gaúcho. Porto Alegre: SEBE.
- ROGOFF, B. (1998). Observando atividade sociocultural em três planos: apropriação participatória, participação guiada e aprendizado. In: WERTSCH, J. V.; RIO, P. del; ALVARES, A. (Orgs.) Estudos socioculturais da mente. ArtMed.
- ROGOFF, B. (2005). A natureza cultural do desenvolvimento humano. Artmed.
- SARMENTO, M. J. (2005). Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. Educação & Sociedade. (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES – Brasil, Vol. 26, nº 91: 361-378. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36759>.
- TONUCCI, F. (1997). La ciudad de los niños. Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- TREVISAN, G. D. P., BENTO, G., Carvalho, M., SILVA, C. F., & SARMENTO, M. J. (2022). Infância, espaço público e participação: a abordagem do território de aprendizagem. In M. A. Gobbi; C. Anjos; E. Seixas & C. Tomás, org. O direito das crianças à cidade. Perspetivas desde o Brasil e Portugal. (35-58). Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo.
- TREVISAN, G., CARVALHO, M., SILVA, C., & SARMENTO, M. (2023). Crianças, território e identidade: um estudo de caso num contexto vulnerável português. Em Aberto, 36(117).



Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Rua João de Deus, 38

4100-456 Porto

NIF: 502 459 280

E-mail: spce.geral@gmail.com

Telefone: +351 22 600 95 25